

Política

Controlador Program
indústria de process

14 AGO 1985

CONSTITUINTE

Ulysses é contra candidatos avulsos

por Helena Daltró
de Brasília

O presidente em exercício, Ulysses Guimarães, reunido ontem com o Conselho Político do governo, decidiu apoiar a emenda que restabelece critérios de proporcionalidade dos partidos representados na Câmara Federal, para efeito de propaganda eleitoral nos meios de comunicação, e estimulou consenso entre os parlamentares sobre a inconveniência de candidatos avulsos à Constituinte.

O líder do PFL no Senado, Carlos Alberto Chiarelli, disse que as candidaturas avulsas, sem filiação partidária, podem formar um colegiado de constituintes à margem do processo político, fazendo prevalecer um misto de individualismo e corporativismo no próximo Congresso, a ser eleito em 1986. O deputado João Gilberto (PMDB-RS), especialista em matérias constitucionais, apóia as candidaturas avulsas, bem como o relator da comissão mista que examina a emenda Sarney, deputado Flávio Bierrembach (PMDB-SP).

A comissão mista que examina a mensagem do Executivo, com prazo até esta sexta-feira para receber subemendas de parlamentares, não deve contar com muitas sugestões para modificar substancialmente o projeto original de Sarney, previu ontem o líder do governo no Congresso, senador Fernando Henrique Cardoso. "Acredito que só haverá modificação para ajustar um ou outro item da emenda do Executivo", disse.

Essa previsão começa a

se constatar com o fato de os parlamentares estarem encontrando dificuldades para obter assinaturas às subemendas, devido à ausência de senadores e deputados que já participam ativamente da campanha eleitoral nas capitais.

O funcionamento do Congresso ordinário no ano da Constituinte também começa a ser alinhado pelo Conselho Político. Ontem, os líderes acataram a proposta de Ulysses Guimarães, de formar uma comissão diretora para decidir sobre matérias na ordem do dia e em tramitação pelas comissões técnicas. Segundo Fernando Henrique, está praticamente descartada a proposta inicial de alternar, em turnos matutinos e vespertinos, o funcionamento do Congresso ordinário e do Constituinte.

O líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, consulta hoje a bancada sobre a conveniência de aprovar emenda do senador Murilo Badaró (PDS-MG), líder da bancada no Senado, que institui a divisão do tempo para propaganda eleitoral nos meios de comunicação.

Com apoio dos líderes e aprovada pelo Senado, a matéria determina que os partidos políticos, de acordo com sua representação na Câmara Federal, dividirão meia hora de propaganda eleitoral. A proposta original dividia esse tempo de acordo com a representatividade dos partidos nas Câmaras Municipais. Outros 30 minutos de propaganda eleitoral serão divididos entre os candidatos. Após as consultas à bancada do PMDB, o projeto será

votado pela Câmara na próxima semana.

Outro assunto tratado na reunião do Conselho Político foi a dívida externa. Ulysses disse aos líderes que obteve informações dos assessores econômicos sobre a prorrogação dos prazos de pagamento com os bancos credores. O Brasil, segundo Ulysses, não formalizará até o final do ano nova carta de intenções com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

DIA DE ULYSSES

Ontem pela manhã, Ulysses telefonou para o presidente José Sarney, no Uruguai, e almoçou com líderes, ministros e membros da Executiva do PMDB no Piantella, antigo Tarantella, ou, como prefere Ulysses, "o quartel-general da resistência oposicionista". O deputado Ulysses Guimarães deixa hoje, às 16 horas, o cargo de presidente interino e volta a assumir a Presidência da República em setembro, quando o presidente José Sarney viaja para Nova York.

Imagem do Legislativo preocupa

por Walter Marques
de Brasília

A imagem do Legislativo junto à opinião pública foi o principal assunto do encontro que o presidente em exercício, Ulysses Guimarães, teve ontem com os membros da Mesa diretora da Câmara dos Deputados. Na condição de presidente da Câmara, Ulysses Guimarães pediu aos seus colegas que se debrucem imediatamente sobre os problemas que vêm criando uma imagem negativa dos parlamentares, entre eles o recebimento do "jeton", que também é pago aos deputados quando eles não comparecem às sessões.

O deputado Humberto Souto (PFL-MG), primeiro vice-presidente da Câmara e presidente da comissão criada para promover uma reforma do regimento interno e das condições de trabalho e remuneração dos deputados afirmou depois da visita a Ulysses Guimarães que "a imprensa pode não estar querendo desmoralizar o Congresso, mas o resultado é esse. Fica essa ima-

gem de que os deputados estão ganhando sem trabalhar".

Um dos objetivos da comissão é rever e possivelmente acabar com o voto de liderança, um mecanismo utilizado na votação de projetos que induz à ausência dos parlamentares. "Fizemos um estudo comparativo e de vinte países apenas a República dos Camarões tem o voto de liderança", esclareceu Souto.

Em relação ao pagamento das sessões quando os deputados não comparecem, há, segundo Souto, uma sugestão que será estudada, no sentido de que os parlamentares percarn o "jeton" nos dias de votação. Seriam dois dias na semana nos quais o comparecimento às sessões seria obrigatório. Outro problema é a incidência do Imposto de Renda sobre os vencimentos dos parlamentares. O leão não morde o que eles ganham com os "jetons". Eles não pagam imposto sobre os "jetons". Há preocupação no Congresso com a deterioração da imagem da Casa, porque isso poderá prejudicar o desempenho eleitoral dos atuais deputados nas eleições para a Constituinte.

O conflito de interesses

por Lázaro Evair de Souza
de São Paulo

Os trabalhadores brasileiros terão pouca influência na próxima Constituinte. Esta deverá refletir a vontade de uma sociedade que ainda é dominada por uma burguesia, detentora de uma hegemonia política e econômica, e por uma tecnocracia bastante forte economicamente e que continua atuante. A opinião é do secretário de Governo,

de São Paulo, Luiz Carlos Bresser Pereira, para quem a Assembleia Nacional Constituinte, que está sendo convocada, precisa ser "sintética" e não "analítica", ou seja, deve resumir tudo o que for "razoavelmente óbvio" e de maneira bem clara, deixando espaço para o legislador promover adaptações.

Ao participar da Semana do Economista 85, que está sendo promovida pelo Con-

selho Regional de Economia em todo o Estado de São Paulo, Bresser Pereira afirmou que não nos podemos iludir imaginando que a Constituinte vai ser bastante representativa, ou que vá solucionar todos os principais problemas brasileiros. "Ser utópico agora seria perda de tempo", assinala ele, acrescentando que "vamos ter a Constituinte que é razoável para o momento brasileiro e não aquela desejada. Vamos ter a Constituinte que podemos ter."

Ele lembra que o fato concreto é que a sociedade brasileira possui uma estrutura de poder muito bem delineada: "Existe uma hegemonia econômica e ideológica que, com toda certeza, vai exercer uma influência bem maior do que aquela exercida pelas classes trabalhadoras".

Recordando os estudos do pensador Maquiavel, Bresser Pereira afirma que o Brasil necessita de uma Constituinte moderna, "que se preocupe em defender a sociedade do

Estado e, sobretudo, dos indivíduos ambiciosos de riquezas e de poderes. A futura Constituinte deve ter a sociedade como centro e não o indivíduo. Se assim não for, não teremos nenhuma Constituição", sentenciou.

Por fim, o secretário de Governo paulista alertou para o fato de que podemos cair numa Constituinte liberal como aconteceu com a elaborada por D. Pedro I e com a de 1981. Na sua opinião, se a Constituinte for muito detalhista resvalará na liberal e poderá tornar-se muito conservadora, caindo no vazio. A seu ver, uma Constituinte mais flexível poderá ajudar a colocar em prática as reformas necessárias ao Brasil (agrária, sindical, tributária e monetária).

Além de Bresser Pereira, os outros debatedores da Semana do Economista 85 também acham que uma Constituinte deve conter os principais temas da problemática brasileira e de forma resumida.

Relator prevê debate durante sessenta dias

por Carlo Iberê de Freitas
de Brasília

Embora a recomendação do Palácio do Planalto seja no sentido de não tornar a emenda que convoca a Constituinte muito longa, o relator da comissão mista que estuda o projeto prevê que serão necessários 60 dias para ser dado parecer final. Flávio Bierrenbach (PMDB/SP) acredita que até sexta-feira, último dia para serem apresentadas emendas, muitas novas propostas de convocação da Constituinte se somarão à do governo.

Até ontem, apenas uma emenda estava com o número de assinaturas completo — são necessárias 160 assinaturas de deputados e 32 de senadores — e Flávio Bierrenbach reconhece que está "difícil de conseguirlas, porque o plenário está vazio". A previsão de 60 dias para ser dado o parecer final é decorrente das muitas negociações indispensáveis neste tipo de projeto, conclui o relator.

Para o deputado, um ponto que ocasionará debates é a ideia do candidato avulso. Disse o relator que, embora a comissão esteja

recebendo muitas manifestações de apoio à tese, no Congresso a ideia ainda não está assimilada. No próprio PMDB há divergências: o deputado Aírton Soares acha que o candidato avulso vai favorecer o poder econômico.

O líder do governo na Câmara, Pimenta da Veiga (MG), informou, após a reunião do Conselho Político com o presidente em exercício, Ulysses Guimarães, que a tese do candidato avulso sem inscrição partidária "não pareceu ao Conselho uma boa solução".

Há também a tese de uma comissão legislativa que cuidará da legislação ordinária, do deputado Ulysses Guimarães. Segundo Pimenta da Veiga, o Conselho Político aprovou a ideia de uma comissão funcionar com 15% de deputados federais e 15% de senadores, trabalhando no plenário do Senado. A Câmara ficaria com a Assembleia Nacional Constituinte. Entretanto, ainda não está decidido se os integrantes da comissão serão os parlamentares eleitos para a Constituinte.

DISSIDÊNCIA

ANC 88
Pasta 08/85
052/1985